



ALMT
Assembleia Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e
Regularização Fundiária

20ª LEGISLATURA – 01/02/2023 A 31/01/2027

SPMD/NADE

FLS. 131

RUB. A-

CHECKLIST

RESOLUÇÃO Nº 003/2007 - "Altera a Alínea A, do Inciso IV, da Norma de Serviço nº 002 de 30 de Setembro de 2002".

REQUERENTES:	MARIA DE FÁTIMA JESUS ANDRADE INTERMAT-PRO-2023/12090 Estância Sagrada Família – Área A e B		
MUNICÍPIO:	Área total para Regularização: 92,6104 hectares (noventa e dois hectares, sessenta e um ares e quatro centiares) sendo: 53,4708 ha Área A e 39,1396 ha Área B, localizada no Município de Dom Aquino-MT.		
PROTOCOLO: 2669/2025	PROCESSO: 847/2025	DATA: 19/03/2025	O.S.: 272/2025
I - DA HABILITAÇÃO			
1 - O Requerimento para instauração de Processo de Regularização de Terras, objeto da presente Norma de Serviço, deverá ser procedido através do Formulário Padrão, devidamente preenchido e acompanhado com as cópias dos seguintes documentos.			FI. 03
2 - RG e CPF do Interessado;			FI. 05
3 - Comprovante do endereço do Interessado, através de conta de água, luz ou equivalente;			FI. 08
4 - Certidão de Nascimento, se solteiro;			-
5 - Certidão de Casamento, se casado;			FI. 07
6 - Certidão de Casamento com averbação do Divórcio, se divorciado;			-
7 - RG e CPF do cônjuge ou companheira;			FI. 06
8 - Certidão de óbito, caso seja viúvo;			-
9 - Atos Constitutivos se Pessoa Jurídica (Regimento ou Estatuto PJ);			-
10 - Certidões de Cadastro de Imóvel Rural-CCIR (INCRA) se na modalidade Onerosa Especial .			-
11 - Procuração por Instrumento Público, se o Requerimento for subscrito por Procurador;			FI.
12 - RG e CPF do Procurador;			FI.
13 - Comprovante do endereço do Procurador, através de conta de água, luz ou Equivalente;			FI.
14 - Caso haja mais de um interessado, deverão ser juntados, de todos os documentos previstos acima elencados. (Declaração de Ocupação do Proprietário)			-
15 - Comprovante de pagamento das taxas correspondentes (expediente e busca/pesquisa);			FI. 10
16- Relatórios de Busca de Outro Processo de Título Provisório/Definitivo, em favor do (a) interessado (a). Complementação de Busca-Título Provisório/ou Definitivo.			FI. 98
17 - Relatórios de Busca do Sistema de Protocolo Único do Estado de Mato Grosso (outro pedido de Regularização Fundiária e/ou Legitimidade de Posse, em nome do interessado e/ou do cônjuge); Buscas e complementação de buscas.			-
II - ANÁLISE DA MATRÍCULA			

ENDEREÇO:

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 207 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:

(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915

CG



ALMT
Assembleia Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e
Regularização Fundiária
20ª LEGISLATURA – 01/02/2023 A 31/01/2027

SPMD/NADE

FLS. 132

RUB. 1

CHECKLIST

18 - Escritura de Compra e Venda (caso o Interessado tenha adquirido a posse de terceiro) ou Escritura Pública de Cessão e Transferência de Posse; Escritura Pública de Permuta de Imóveis; Promessa de Compra e Venda (Escritura Pública Emancipação), CASO NÃO SEJA O OCUPANTE PRIMITIVO. (Termo de Anuência)	Fl.	
19 - Matrícula Adquirida pelo Estado de Mato Grosso	Fl. 87 a 90	
20 - Declarações padronizadas de que o interessado não fora contemplado com aquisição de terras públicas pela União, Estado ou Município, cuja área somada com a atual pretensão não ultrapasse 2.500 ha (dois mil e quinhentos hectares);	Fl. 04	
III – ANÁLISE CADASTRAL E PEÇAS TÉCNICAS.		
21 - Parecer Cadastral; (item do Laudo do Analista Fundiário e Agrário)	Fl. 81	
22 - Autos de Medição Georreferenciado, nos formatos analógico e digital, ambos em 02 (duas) vias, de acordo com as Normas Técnicas, determinadas por Legislação vigente, com o formato da planta do imóvel seguindo o padrão definido pelo INTERMAT;	Fl. 75 a 80	
23 - Declaração de Reconhecimento de Limites, conforme modelo constante das Normas Técnicas, determinadas por Legislação vigente, com firma reconhecida;	Fl. 14 a 25, 62	
24 – ART-Anotação de Responsável Técnico pelo Georreferenciamento ou TRT-Termo de Responsabilidade Técnica (CFTA).	Fl. 13	
IV - VISTORIA IN LOCO		
25 - Laudo de Identificação Fundiária	Fl. 64 e 65	
26 - Relatório Técnico de Viagem	Fl. 66 a 73	
27 - Estudo Social com Parecer Técnico e Rel. Fotográfico-Decreto nº 146/2019. Se Regularização Fundiária Gratuita	Fl. 50 a 53	
V - PARECER JURÍDICO		
28 - Parecer Jurídico do INTERMAT.	Fl. 92 a 96	
29 – Homologação do Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Estado de MT - PGE	Fl. 129	
VI - PARECER ASSESSORIA TÉCNICA – CONSULTORIA LEGISLATIVA		
Considerações e informações necessárias:		
☒ FAVORÁVEL À APROVAÇÃO. ☐ PELA REJEIÇÃO. ☐ DEVOLUÇÃO AO INTERMAT.		
RECEBIDO POR: LUANA SILVA OLIVEIRA Aux. Administrativa	DISTRIBUIDO POR: WÉLYDA CRISTINA DE CARVALHO Consultora de Comissão Permanente	ASSESSOR (A) TÉCNICO (A) CONSULTORIA LEGISLATIVA: CEZAR GERALDINI Técnico do NADE

ENDEREÇO:
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 207 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:
Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:
(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915

CG



PARECER Nº 0173/2025 - CADFARF - O.S. Nº 272/2025

REFERENTE: À REGULARIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA ONEROSA

REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA JESUS ANDRADE

MUNICÍPIO: DOM AQUINO - MT

PROCESSO Nº INTERMAT-PRO-2023/12090

OFÍCIO Nº: 01259/2025/UAS/PRESIDÊNCIA/INTERMAT

PROTOCOLO ALMT: 2669/2025

PROCESSO ALMT: 847/2025 - DATA: 19/03/2025

AUTOR: INTERMAT

Relator: Deputado Estadual Nininho

I – Relatório

Após tramitação no INTERMAT, o presente Processo de Regularização Fundiária foi encaminhado a esta Casa, recebido e registrado pela Secretaria de Serviços Legais no dia 19/03/2025

Trata-se de **PROCESSO Nº INTERMAT-PRO-2023/12090**, da Propriedade denominada **“ESTÂNCIA SAGRADA FAMÍLIA – ÁREA A e B”**, localizada no Município de **DOM AQUINO - MT**, requerente **MARIA DE FÁTIMA JESUS ANDRADE**, com área total para Regularização de 92,6104 hectares (noventa e dois hectares, sessenta e um ares e quatro centiares) sendo: 53,4708 ha Área A e 39,1396 ha Área B.

Em 21/03/2025 foi encaminhado ao Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico para ser distribuído à Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária, com o intuito de emissão do parecer referente, quanto ao mérito da matéria e posterior emissão de Resolução Autorizativa, conforme previsão dos Artigos 323, § 2º e 327, ambos da Constituição Estadual de Mato Grosso.

Em apertada síntese este é o relatório.



II – Análise

A criação e competência das Comissões estão determinadas conforme disposto no artigo 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso e uma das atribuições da Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária, é **“dar parecer em todas as proposições que tratem da agropecuária, do desenvolvimento florestal e agrário e dos assuntos fundiários”**, conforme consta no artigo 369, inciso V, alíneas “a” e “d”, do Regimento Interno, desta Casa de Leis.

Observa-se que o imóvel está cumprindo sua função social, como determina o artigo 186, da C.F. e art. 9º da Lei nº 8.629/93:

Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:

I–Aproveitamento racional e adequado;

II–Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III–Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV–Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

§1º–Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º desta lei.

§2º–Considera-se adequada à utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade.

§3º–Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.

§4º–A observância das disposições que regulam as relações de trabalho implica tanto o respeito às leis



trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como às disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parceria rurais.

§5º-A exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas de segurança do trabalho e não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel.

O Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso – INTERMAT encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso o Ofício sob nº 01259/2025/UAS/PRESIDÊNCIA/INTERMAT, referente à Regularização de Ocupação Fundiária em favor de **MARIA DE FÁTIMA JESUS ANDRADE**, no Município de **DOM AQUINO - MT**, para fins de cumprimento do disposto no artigo 327 da Constituição do Estado de Mato Grosso, onde o referido disposto constitucional assim dispõe:

“Art. 327 - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação da Assembleia Legislativa, salvo se as alienações ou as concessões forem para fins de reforma agrária”.

A requerente **MARIA DE FÁTIMA JESUS ANDRADE**, solicita a regularização de uma área total para Regularização: 92,6104 hectares (noventa e dois hectares, sessenta e um ares e quatro centiares) sendo: 53,4708 ha Área A e 39,1396 ha Área B, da propriedade denominada **“ESTÂNCIA SAGRADA FAMÍLIA – ÁREA A e B”**, localizada no Município de **DOM AQUINO - MT**, conforme folha 03.

Foi apresentada Declaração conforme folha 04, que o ocupante não foi beneficiado com concessão ou alienação de terras públicas pelo INCRA, Estado ou Município.

Consta nas folhas 87 a 90, onde foi informado que a área foi arrecadada e incorporada ao Patrimônio do Estado de Mato Grosso, conforme **Matrícula sob nº 13.802, Folha 001, Ficha 001, Livro 2, Registro Geral em 15/07/2024, Área A e Matrícula sob nº 13.803, Folha 001, Ficha 001, Livro 2, Registro Geral em 15/07/2024, Área B**, Cartório de 1º Ofício Registro Geral de Imóveis da Comarca de Dom Aquino de origem do Estado de Mato Grosso.



O Responsável Técnico – Engenheiro Ambiental, Robson Caldeira Herreira, apresentou os seguintes documentos:

- ✓ Autos de Medição do Georreferenciamento, nos formatos analógico e digital – folhas 75 a 80;
- ✓ Declaração de Reconhecimento de Limites com firma reconhecida – folhas 14 a 25 e 62;
- ✓ ART ou TRT do Responsável Técnico – folha 13.

Foi informado, de acordo com a folha 98, nas buscas e pesquisas efetuadas no acervo, que localizou processo de título provisório/definitivo em favor da requerente **MARIA DE FÁTIMA JESUS ANDRADE**.

Conforme a folha 81, efetuamos a análise conforme peças técnicas apresentadas pelo requerente SIGADOC INTERMAT- PRO-2023/12090 nos arquivos auxiliares, em nome de **Maria de Fatima Jesus Andrade e de acordo com a Base Cadastral de Regularização Fundiária SIG/CTGEO** referente ao **Município de Dom Aquino- MT**, homologada pelo Decreto nº 1.813/2013 até a presente data, **informamos que esta pretensão incide totalmente em área Passível de Regularização.**

O Relatório Técnico de Viagem encontra-se nas folhas 66 a 73, já o Laudo de Identificação Fundiária encontra-se nas folhas 64 e 65, foi informado no relatório: 1 casa de alvenaria com 160 m², 1 casa de funcionário de alvenaria com 54 m², 1 barracão de madeira com 96 m², 1 curral de tabua com 900 m², 1 galinheiro de tabua com 30 m², 3 tanques para criação de peixes com 90 m², área total cercada com arame liso 5 fios 15 KM, 1 trator - Ford - 7630 - ano 1980, 1 trator Massey Ferguson – 290 – ano 1996, 1 calçadeira capacidade 2500 kg, 1 grade niveladora 42 discos, 1 grade aradora 20 discos, 1 pulverizador hidráulico 400 litros, 78 ha de pecuária.

Consta como informação no Laudo de Identificação Fundiária que o proprietário é o ocupante – folhas 64 e 65, que a posse é mansa e pacífica, não sendo observado nenhum tipo de litígio.

Na folha 81, após analisadas as Peças Técnicas de Georreferenciamento do imóvel rural denominado como **Estância Sagrada Família** e arquivos do levantamento elaborados pelo Técnico Robson Caldeira Herreira INCRA – GWQ, com ART nº 1220230027932 onde constatou-se que as peças técnicas **ESTÃO DE ACORDO** com a Norma de Serviço nº 002/2002 – Regularização de Ocupação, com a NTGIR –



Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais do INCRA atualizada e de acordo com a Lei 10.267/2001 (Georreferenciamento) e suas atualizações.

A Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer Jurídico nº 03465/2024/USPGE/INTERMAT (folhas 92 e 96), após análise em seus arquivos e da documentação juntada aos autos, opinou pelo **Deferimento** do Pleito de Regularização do Imóvel denominado **ESTÂNCIA SAGRADA FAMÍLIA – ÁREA A e B**, citando que a pretensão se enquadra nos regramentos contidos nas recentes alterações introduzidas pela Lei nº 10.863, de 04 de abril de 2019 e Decreto nº 146, de 19 de junho de 2019.

Conforme a Análise do Autos na folha 129, foi **HOMOLOGADO** pelo **PGE**, em concordância com o **Parecer Jurídico nº 03465/2024/USPGE/INTERMAT (folhas 92 e 96)**, da lavra do Procurador do Estado de Mato Grosso, Doutor Laerte Jaciel Scalco Acendino.

Todas as informações e declarações constantes no presente Processo de Regularização Fundiária são de exclusiva responsabilidade dos Técnicos e Gestores do INTERMAT, dos Requerentes e do Profissional Credenciado que efetuou a Medição Georreferenciada.

É o parecer.



III – Voto do Relator

Referente ao Processo de Regularização de Ocupação Fundiária PROCESSO Nº INTERMAT-PRO-2023/12090, em nome da requerente MARIA DE FÁTIMA JESUS ANDRADE, de uma área total de 92,6104 hectares (noventa e dois hectares, sessenta e um ares e quatro centiares) sendo: 53,4708 ha Área A e 39,1396 ha Área B, localizada no Município de DOM AQUINO/MT.

A Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer Jurídico nº 03465/2024/USPGE/INTERMAT (folhas 92 e 96), após análise em seus arquivos e da documentação juntada aos autos, opinou pelo **Deferimento** do Pleito de Regularização do Imóvel denominado **ESTÂNCIA SAGRADA FAMÍLIA – ÁREA A e B**, citando que a pretensão se enquadra nos regramentos contidos nas recentes alterações introduzidas pela Lei nº 10.863, de 04 de abril de 2019 e Decreto nº 146, de 19 de junho de 2019.

Pelas razões expostas, quanto ao mérito, voto pela **APROVAÇÃO** do PROCESSO Nº INTERMAT-PRO-2023/12090, de autoria do INTERMAT, PROTOCOLO ALMT sob nº 2669/2025, em nome de **MARIA DE FÁTIMA JESUS ANDRADE**.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 2025.



IV – Ficha de Votação

PROCESSO Nº INTERMAT-PRO-2023/12090 – Parecer nº: 173/2025 – O.S. nº 272/2025

Reunião da Comissão em 22 / 04 / 25

Presidente: Deputado Estadual NININHO

Relator: Dep. Nininho

Voto Relator

Pelas razões expostas, quanto ao mérito, voto pela **APROVAÇÃO** do **Processo Nº INTERMAT-PRO-2023/12090**, de autoria do INTERMAT (PROTOCOLO ALMT sob nº **2669/2025**), em nome de **MARIA DE FÁTIMA JESUS ANDRADE**, onde a Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer Jurídico nº 03465/2024/USPGE/INTERMAT (folhas 92 e 96), após análise em seus arquivos e da documentação juntada aos autos, opinou pelo **Deferimento** do Pleito de Regularização do Imóvel denominado **ESTÂNCIA SAGRADA FAMÍLIA – ÁREA A E B**, citando que a pretensão se enquadra nos regramentos contidos nas alterações introduzidas pela Lei nº 10.863, de 04 de abril de 2019 e Decreto nº 146, de 19 de junho de 2019.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (a)
Relator	
DEPUTADO NININHO Presidente	
DEPUTADO GILBERTO CATTANI Vice-Presidente	
DEPUTADO JULIO CAMPOS Membro Titular	
DEPUTADA JANAINA RIVA Membro Titular	
DEPUTADO FÁBIO TARDIN - "FABINHO" Membro Titular	
DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO Membro Suplente	
DEPUTADO CARLOS AVALLONE Membro Suplente	
DEPUTADO VALDIR BARRANCO Membro Suplente	
DEPUTADO THIAGO SILVA Membro Suplente	
DEPUTADO VALMIR MORETTO Membro Suplente	



Autor: Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária.

Autoriza a regularização de ocupação fundiária de área de terra no Município de Dom Aquino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com base no que dispõe os artigos 323, § 2º, e 327, da Constituição Estadual, combinados com o art. 369, V, "a" e "d", do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a regularização de ocupação fundiária da área de terra, localizada no Município de Dom Aquino, denominada "Estância Sagrada Família – Área A e B", com área total para Regularização de 92,6104 hectares (noventa e dois hectares, sessenta e um ares e quatro centiares) sendo: 53,4708 ha Área A, da matrícula nº 13.802 e 39,1396 ha Área B, da matrícula nº 13.803, conforme processo específico do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), sob nº INTERMAT-PRO-2023/12090, de Maria de Fátima Jesus Andrade.

Parágrafo único. Os imóveis descritos acima possuem as seguintes confrontações:

I. Estância Sagrada Família – Área A - 53,4708 ha, da matrícula nº 13.802

- a. a norte: divisa com o Córrego Lambança, nos marcos FH8-M-0101, GWQ-P-4350, GWQ-P-4351, GWQ-P-4352, GWQ-V-1725, GWQ-V-1726, GWQ-M-2166, GWQ-V-1727, GWQ-P-4354, GWQ-M-2167, GWQ-V-1728, GWQ-V-1729, GWQ-P-4355 a GWQ-M-2164;
- b. a sul: divisa com a Faixa de Domínio da Rodovia Estadual MT-454, nos marcos GWQ-M-1905, GWQ-M-1907, GWQ-V-1735, GWQ-V-1736, GWQ-M-1908, GWQ-V-1739 a GWQ-P-4363;
- c. a leste: divisa com a Estância Três Irmãs – Área A, posse de Joelice Souza de Faria, nos marcos GWQ-M-2164 a GWQ-M-1905;
- d. a oeste: divisa com a Fazenda São Vicente da Mata Verde, posse de Antonio Manoel dias Cardoso, matrícula nº 12.883, nos marcos GWQ-P-4363 a FH8-M-0101.

II. Estância Sagrada Família – Área B - 39,1396 ha, da matrícula nº 13.803

ENDEREÇO:

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 207 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:

(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915

CG



- a. a norte: divisa com a Estância Campo Alegre, posse de Antonio Carlos de Farias Neto, nos marcos GWQ-M-1895, GWQ-M-1899 a GWQ-M-1898, e divisa com a Faixa de Domínio da Rodovia Estadual MT-454, nos marcos GWQ-M-1898, GWQ-V-1716, GWQ-V-1717, GWQ-V-1718 a GWQ-M-1906;
- b. a sul: divisa com a Fazenda São Vicente da Mata Verde, posse de Antonio Manoel dias Cardoso, matrícula nº 12.882, nos marcos GWQ-M-1897 a GWQ-M-1896;
- c. a leste: divisa com a Estância Três Irmãs – Área B, posse de Joelice Souza de Faria, nos marcos GWQ-M-1906 a GWQ-M-1897;
- d. a oeste: divisa com a Estância Esperança, posse de Suelisse Queiros de Souza Faria, nos marcos GWQ-M-1896 a GWQ-M-1895.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Sala das Comissões, em 22 / 04 / 2025.

Deputado Relator

Membros